FUNDAÇÃO PIO XII

CGC-MF: 49.150.352/0001-12
REG Nº CNAS Nº 242.299/78
Rua 20, nº 221 - CEP: 14.780-070
Barretos/SP

Reconhecido como utilidade
Lei Estadual nº 2.224/79
Lei Municipal nº 3.166/78

Relatório do Conselho de Curadores - Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de apresentar o Balanço Patrimonial, relativo ao exercício de 2018 e as demais Demonstrações Financeiras do Auditor Independente, relativo ao mesmo período. Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.
Barretos, 30 de abril de 2019 Presidente do Conselho de Curadores

FUNDAÇÃO PIO XII

Balanços Patrimoniais Consolidados Levantados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
Em Milhares de Reais

ATIVO	Nota	2018	2017
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes – sem restrição		8.732	2.782
Caixa e equivalentes – com restrição	3.1	30.906	4.227
Aplicações financeiras – sem restrição	03	13.922	7.178
Aplicações financeiras – com restrição	03	43.265	90.982
Títulos de capitalização – com restrição	3.3	12.271	10.592
Contas a receber	04	18.882	20.540
Estoques		29.602	22.910
Adiantamentos		9.334	4.674
Despesas diferidas		2.815	1.242
Impostos a recuperar		22	29
Outros ativos circulantes	06	6.232	7.669
Total ativo circulante		**175.983**	**172.825**
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais		651	631
Contas a receber		627	627
Títulos a receber	05	31.821	19.430
Investimento		1.940	1.899
Imobilizado líquido – sem restrição	07	516.985	466.134
Imobilizado líquido – com restrição	7.1	180.397	144.844
Intangível	08	7.725	3.360
Total ativo não circulante		**740.146**	**636.925**
TOTAL DO ATIVO		**916.129**	**809.750**

FUNDAÇÃO PIO XII

Balanços Patrimoniais Consolidados Levantados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
Em Milhares de Reais

PASSIVO	Nota	2018	2017
CIRCULANTE			
Fornecedores		30.707	23.827
Obrigações sociais	09	9.435	8.131
Obrigações fiscais		2.564	1.985
Empréstimos e financiamentos	10	23.705	30.662
Provisão de férias e encargos		13.094	12.681
Subvenções a realizar	15	86.515	121.893
Provisão honorários médicos		14.517	14.643
Parcelamentos		11	32
Depósito garantidor	3.3	12.103	10.472
Outros passivos circulantes		1.777	1.179
Total passivo circulante		**194.428**	**225.505**
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	10	2.756	451
Contingências	19	12.228	28.110
Subvenções governamentais relacionadas ativos	14	197.498	153.066
Parcelamentos		618	629
Total passivo não circulante		**213.100**	**182.256**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio líquido		508.601	401.989
Total do patrimônio líquido		**508.601**	**401.989**
			-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**916.129**	**809.750**

FUNDAÇÃO PIO XII

Demonstração do Resultado Consolidado
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
Em Milhares de Reais

	Nota	2018	2017
RECEITAS			
Receita de convênio – SUS		191.633	190.142
Receita outros convênios		3.343	2.646
Receita de particulares		1.255	657
Receita de pesquisa clinica		9.252	6.337
Receita de treinamentos	28	6.941	6.398
Doações e subvenções	11,12,13,13.1	414.103	327.006
Receita de Gestão AME	25 e 25.1	19.852	19.349
Receita de Gestão Pública - Rondônia	26	32.259	23.550
Outras Receitas	27	15.924	7.829
Total das receitas		**694.562**	**583.914**
Receita operacional líquida			
Depreciações assistenciais		(10.690)	(15.797)
Custos dos serviços assistenciais prestados		(334.962)	(293.702)
Superávit Bruto		**348.910**	**274.415**
DESPESAS			
Salários e encargos		(143.409)	(128.969)
Administrativas e gerais		(92.995)	(86.588)
Depreciação e amortização		(34.448)	(23.088)
Tributárias		(3.312)	(1.486)
Total das despesas		**(274.164)**	**(240.131)**
Superávit (déficit) operacional		**74.746**	**34.284**
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)			
Outras despesas	29	(10.104)	(3.336)
Resultado alienação imobilizado		202	481
Receita títulos de capitalização	3.3	27.141	22.495
Reversão de contingência	19	19.082	-
Total de outras receitas (despesas)		**36.321**	**19.640**
RESULTADO FINANCEIRO			
Receita financeira		1.544	2.441
Despesa financeira		(5.999)	(6.338)
Total de outras receitas (despesas)		**(4.455)**	**(3.897)**
Superávit/(déficit) do exercício	31	**106.612**	**50.027**

FUNDAÇÃO PIO XII

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidado
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
Em Milhares de Reais

	Patrimônio Social	Reserva de Reavaliação	Doações e Subvenções Patrimoniais	Superávit (Déficit) Acumulados	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	**346.656**	**-**	**5.306**	**-**	**351.962**
Superávit do exercício	-	-	-	50.027	50.027
Transferência para patrimônio social	50.027	-	-	(50.027)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	**396.683**	**-**	**5.306**	**-**	**401.989**
Superávit do exercício	-	-	-	106.612	106.612
Transferência para patrimônio social	106.612	-	-	(106.612)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	**503.295**	**-**	**5.306**	**-**	**508.601**

Demonstrações do Fluxo de Caixa Consolidado
Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
Em Milhares de Reais

	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (déficit) do período	**106.612**	**50.027**
Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	45.137	38.885
Perdas (ganhos) na alienação sobre o ativo imobilizado	4.471	541
Perdas (ganhos) na alienação sobre o ativo intangível	1	3
Constituição/(reversão) de contingências	(15.882)	(196)
Redução (aumento) do ativo		
Títulos de capitalização	(1.679)	(3.866)
Contas/Títulos a receber – líquido de provisão	(10.733)	(13.951)
Estoques	(6.692)	(3.115)
Adiantamentos	(4.660)	(2.886)
Despesas Antecipadas	(1.573)	(133)
Outros ativos	1.425	859
Aumento (redução) do passivo		
Fornecedores	6.880	(2.247)
Obrigações Sociais	1.883	997
Subvenções a realizar	(35.378)	(3.005)
Provisão honorários médicos	(126)	611
Provisão de Férias	413	1.458
Depósito Garantidor	1.631	3.830
Outros passivos	44.998	36.136
Geração (utilização) de caixa das atividades operacionais	**136.728**	**103.948**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de investimentos	(42)	(100)
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(140.378)	(132.316)
Geração (utilização) de caixa em atividades de investimentos	**(140.420)**	**(132.416)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Recebimentos de empréstimos e financiamentos	18.168	26.777
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(22.820)	(18.906)
Geração (utilização) de caixa em atividades de financiamentos	**(4.652)**	**7.871**
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	**(8.344)**	**(20.597)**
Caixa e equivalentes no início do período	105.169	125.766
Caixa e equivalentes no fim do período	96.825	105.169
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	**(8.344)**	**(20.597)**

FUNDAÇÃO PIO XII

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
Em Milhares de Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Pio XII é uma instituição sem fins lucrativos e reconhecida juridicamente como sendo de utilidade pública. Tem por objetivo o atendimento médico – hospitalar e ambulatorial a pacientes que necessitem do tratamento cancerológico, especialmente, aqueles que não possuam recursos ou são considerados como de baixa renda, bem como ensino e pesquisa e para a realização de suas atividades, mantêm as seguintes unidades:

Filial	CNPJ	Nome Fantasia
1	49.150.352/0001-12	Fundação Pio XII - São Judas
2	49.150.352/0003-84	Fundação Pio XII – Bahia
3	49.150.352/0002-01	Fundação Pio XII - Antenor Duarte Vilela
4	49.150.352/0005-46	Fundação Pio XII – Creche
5	49.150.352/0004-65	Fundação Pio XII - Alojamento Motorista
6	49.150.352/0006-27	Fundação Pio XII - Pensionato 31
7	49.150.352/0007-08	Fundação Pio XII - Captação de Recursos
8	49.150.352/0008-99	Fundação Pio XII – Jales
9	49.150.352/0009-70	Fundação Pio XII - AME Cirúrgico
10	49.150.352/0010-03	Fundação Pio XII - AME Clinico
11	49.150.352/0011-94	Fundação Pio XII – IRCAD
12	49.150.352/0012-75	Fundação Pio XII – Fernandópolis
13	49.150.352/0013-56	Fundação Pio XII – Carretas
14	49.150.352/0014-37	Fundação Pio XII - São José do Rio Preto
15	49.150.352/0015-18	Fundação Pio XII - Hospital Infantil
16	49.150.352/0016-07	Fundação Pio XII - Porto Velho
17	49.150.352/0017-80	Fundação Pio XII - Ji-Paraná
18	49.150.352/0018-60	Fundação Pio XII - Campo Grande
19	49.150.352/0019-41	Fundação Pio XII - Nova Andradina
20	49.150.352/0020-85	Fundação Pio XII – Nossa Senhora
21	49.150.352/0021-66	Fundação Pio XII - Área de Apoio
22	49.150.352/0022-47	Fundação Pio XII – Campinas
23	49.150.352/0023-28	Fundação Pio XII – Lagarto
24	49.150.352/0024-09	Fundação Pio XII – Palmas
25	49.150.352/0025-90	Fundação Pio XII – Macapá
26	49.150.352/0026-70	Fundação Pio XII - Rio Branco
27	49.150.352/0027-51	Fundação Pio XII – S.V.O

A entidade possui certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social concedido pelo Ministério da Saúde e renovado através da Portaria nº 605 de março de 2017, com validade para o período de 10 de novembro de 2016 à 09 de novembro de 2019.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade que levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 (R1) específica para Entidades sem Finalidades de Lucros para preparação de suas demonstrações financeiras.

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

b) Apuração de receitas e despesas do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fisco legais.

c) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências e provisão estimativa para créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

d) Instrumento financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outros passivos.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa
Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

Os valores das contas a receber são contabilizados considerando o regime de competência de suas operações.

Estoques

O método de avaliação de estoques é o da média ponderável móvel e, em geral, compreendem os materiais de utilização na operação da Entidade (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo, etc.).

Imobilizado

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.
É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens.

Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

Redução ao valor recuperável

O ativo imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2018.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Contas a pagar aos fornecedores:

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. O prazo médio de pagamento das contas a pagar de fornecedores é de 30 dias.

Provisões
As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem simultaneamente uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

g) Gratuidades em Saúde

Estão demonstradas conforme legislação vigente lei n.º 12.101/09 e alterações e decreto n.º 7.237/10 revogado pelo decreto nº 8.242/14.

h) Doações e subvenções específicas

As doações para projetos específicos são registradas no passivo circulante e revertidas integralmente em projetos de pesquisas e ações sociais da Sociedade, quando então são registradas ao resultado para custeio das despesas ou para aquisições de ativos imobilizados. As doações não específicas, destinadas ao custeio normal das operações, são registradas diretamente no resultado como receita de doações.

I) Aplicação de recursos

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2018	2017
Fundos de investimento sem restrição	13.916	7.168
Fundos de investimento com restrição	41.658	90.970
Poupança sem restrição	6	10
Poupança com restrição	1.607	12
Total	**57.187**	**98.160**

No montante das aplicações financeiras, o valor de R$ 15.858 mil refere-se ao PRONON, a contrapartida está no passivo em subvenção a realizar, conforme ITG 2002 (R1) (Em 2017 - R$ 11.004 mil).

3.1. CAIXA EQUIVALENTES - COM RESTRIÇÃO

	2018	2017
Conta movimento com restrição Pronon	15.193	-
Conta movimento com restrição ame	689	623
Conta movimento com restrições diversas	15.024	3.604
Total	**30.906**	**4.227**

3.2 TITULOS DE CAPITALIZAÇÃO - COM RESTRIÇAO

A Instituição firmou contratos para negociação de Títulos de Capitalização junto a Hiper Saúde Ribeirão Preto e Saúde Cap. São Jose do Rio Preto, conforme processos SUSEP da Investcap sob. nº s 15414.901233/2016-11 e 15414.901234/2016-57, respectivamente.
Esta operação é administrada pelas empresas Rib Cap Intermediação de Serviços e Negócios Mobiliários Ltda., CNPJ: 18.262.345/0001-70 e LBML Cap Intermediação de Serviços e Negócios Ltda., CNPJ: 24.154.362/0001-03, os quais mensalmente são incorporadas as transações contábeis e financeiras da Fundação Pio XII.

3.3 RECEITA TITULOS DE CAPITALIZAÇÃO - COM RESTRIÇAO

Durante o exercício de 2018 a Instituição obteve receita no montante de R$ 27.141 mil (Em 2017 - R$ 22.495 mil) referente as transações envolvendo títulos de capitalização mencionados na nota 3.2.
Há aplicações financeiras decorrentes títulos de capitalização no valor de 12.271 (R$ 10.592 mil – em 2017) para garantia dos certificados a serem emitidos pela SUSEP que estão devidamente registrados no Passivo como depósitos garantidores no valor de R$ 12.103 (R$ 10.472 mil – em 2017) e o valor de R$ (R$ 168 mil – em 2017) como retenções de tributos federais e municipais a recolher.

4. CONTAS A RECEBER

	2018	2017
Convênios – SUS	18.537	19.913
Outros convênios	345	627
Total	**18.882**	**20.540**

5. TÍTULOS A RECEBER

	2018	2017
Santa Casa de Misericórdia de Barretos	31.821	19.430
Total	**31.821**	**19.430**

Em 10 de novembro de 2016 conforme decreto 8.620, a Prefeitura de Barretos junto com o ministério Público do Estado de São Paulo, firmou instrumento particular de Administração e gestão com a Fundação Pio XII – CNPJ Nº 49.150.352/0002-01 para o prazo de 30 anos.

Os títulos a receber estão apresentados aos valores de realização na data das demonstrações financeiras.

São registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos empréstimos, referente a materiais, medicamentos e valores em espécie. Não é constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois a administração entende que os valores serão liquidados.

6. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

	2018	2017
Despesas antecipadas	70	48
Créditos pesquisa clínica	348	109
Diagnóstico molecular	361	481
Outros créditos	5.453	7.031
Total	**6.232**	**7.669**

7. MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO – SEM RESTRIÇÃO

Descrição	Taxa Anual %	Saldo 31/12/2017 R$	Adições R$	Baixas R$	Transf. R$	Saldo 31/12/2018 R$
CUSTO						
Terrenos		20.946	182	(58)	-	21.070
Imobilizado em andamento		101.055	57.453	-	(142.127)	16.381
Benfeitorias em bens de terceiros	2	14.378	-	-	-	14.378
Edificações	2	338.777	341	(5.118)	142.127	476.127
Móveis, aparelhos e equipamentos	10	98.073	17.440	(4.997)	(3.451)	107.065
Equipamentos cirúrgicos	10	26.444	3.930	(8.132)	-	22.242
Computadores e periféricos	20	20.845	2.683	(908)	(359)	22.261
Biblioteca	10	54	-	(16)	-	38
Equipamentos para laboratório	10	12.797	1.062	(24)	635	14.470
Instalações	10	81	-	(3)	-	78
Veículos	20	12.549	1.087	(1.045)	(1.631)	10.960
Obras de arte		62	-	-	-	62
Gestão pública		8.343	33	(24)	-	8.352
Total		**654.404**	**84.211**	**(20.325)**	**(4.806)**	**713.484**
DEPRECIAÇÃO ACUMULADA						
Benfeitorias em bens de terceiros		(2.663)	(573)	-	-	(3.236)
Edificações		(72.650)	(12.054)	4.843	-	(79.861)
Móveis, aparelhos e equipamentos		(61.393)	(8.913)	4.889	343	(65.074)
Equipamentos cirúrgicos		(19.186)	(1.267)	7.938	-	(12.515)
Computadores e periféricos		(11.674)	(2.624)	874	-	(13.424)
Biblioteca		(51)	(2)	16	-	(37)
Equipamentos para laboratório		(6.235)	(1.319)	23	(259)	(7.790)
Instalações		(58)	(6)	3	-	(61)
Veículos		(9.187)	(1.275)	945	893	(8.624)
Gestão pública		(5.173)	(704)	-	-	(5.877)
Total		**(188.270)**	**(28.737)**	**19.531**	**977**	**(196.499)**
TOTAL		**466.134**	**55.474**	**(794)**	**(3.829)**	**516.985**

7.1. MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO - COM RESTRIÇÃO

Descrição	Taxa Anual %	Saldo 31/12/2017 R$	Adições R$	Baixas R$	Transf. R$	Saldo 31/12/2018 R$
CUSTO						
Imobilizado em andamento (rest.)		24.355	12.107	-	(29.820)	6.642
Edificações (rest.)	2	41.667	-	-	29.660	71.327
Benfeitorias em bens de terceiros (rest.)	2	1.284	-	-	-	1.284
Móveis, aparelhos e equipamentos (rest.)	10	60.735	25.775	(4)	3.452	89.958
Equipamentos cirúrgicos (rest.)	10	10.703	4.251	(3.864)	-	11.090
Computadores e periféricos (rest.)	20	7.858	2.452	(6)	359	10.663
Equipamentos para laboratório (rest.)	10	13.395	2.171	-	(635)	14.931
Veículos (rest.)	20	8.447	3.846	-	1.790	14.083
Total		**168.444**	**50.602**	**(3.874)**	**4.806**	**219.978**
DEPRECIAÇÃO ACUMULADA						
Benfeitorias em bens de terceiros (rest.)		(248)	(51)	-	-	(299)
Edificações (rest.)		(180)	(883)	-	-	(1.063)
Móveis, aparelhos e equipamentos (rest.)		(13.275)	(7.681)	1	(343)	(21.298)
Equipamentos cirúrgicos (rest.)		(3.010)	(1.271)	193	-	(4.088)
Computadores e periféricos (rest.)		(1.836)	(1.809)	3	-	(3.642)
Equipamentos para laboratório (rest.)		(2.322)	(1.465)	-	259	(3.528)
Veículos (rest.)		(2.729)	(2.041)	-	(893)	(5.663)
Total		**(23.600)**	**(15.201)**	**197**	**(977)**	**(39.581)**
TOTAL		**144.844**	**35.401**	**(3.677)**	**3.829**	**180.397**

8. MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL

Descrição	Taxa Anual %	Saldo 31/12/2017 R$	Adições R$	Baixas R$	Transf. R$	Saldo 31/12/2018 R$
CUSTO						
Licença de Uso de Softwares	20	3.907	301	(180)	-	4.028
Marcas e Patentes		24	-	-	-	24
Gestão Publica		827	-	-	-	827
Licença de Uso de Softwares (rest.)	20	2.946	5.264	-	-	8.210
Total		**7.704**	**5.565**	**(180)**	**-**	**13.089**
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA						
Licença de Uso de Softwares		(2.851)	(356)	179	-	(3.028)
Gestão Publica		(716)	(54)	-	-	(770)
Licença de Uso de Softwares (rest.)		(777)	(789)	0	-	(1.566)
Total		**(4.344)**	**(1.199)**	**179**	**-**	**(5.364)**
TOTAL		**3.360**	**4.366**	**(1)**	**-**	**7.725**

9. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2018	2017
Salários a pagar	6.534	5.619
INSS a recolher	1.283	1.089
FGTS a recolher	1.579	1.400
Outros	39	23
Total	**9.435**	**8.131**

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Vencimento Final Até	Taxa de Juros	2018	2017
Garantida	30/04/19 A 15/10/19	0,75% a.m a 1,24% a.m	22.969	30.437
Empréstimo	21/08/2023	0,94% a.m	3.040	-
Leasing		1,53% a.m	396	554
BNDES	15/10/2019	0,2870% a.m	56	122
Total			**26.461**	**31.113**
Parcela Classificada no Circulante			23.705	30.662
Parcela Classificada no Não Circulante			2.756	451

As parcelas de longo prazo, em 31 de dezembro de 2018, vencem como segue:

2020	746
2021	735
2022	736
2023	539
Total	**2.756**

Garantias

Em garantia de todas as modalidades foram concedidos imóveis do Presidente da Instituição (pessoa física).

11. SUBVENÇÕES E CONVÊNIOS PÚBLICOS ESPECÍFICOS PARA CUSTEIO

Durante os exercícios de 2018 e de 2017, a entidade recebeu subsídios através de convênios firmados com órgãos federais, estaduais e municipais, cujos valores estão contabilizados em receitas:

	2018	2017
Federais	59.980	70.984
Municipais	70.062	62.790
Estaduais	65.670	42.607
Subvenções especificas - AME	134	142
Parcerias	16	215
Total	**195.862**	**176.738**

12. SUBVENÇÕES E CONVÊNIOS PÚBLICOS ESPECÍFICOS PARA INVESTIMENTO

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está contabilizando os valores decorrentes de "subvenções para investimento" no momento do reconhecimento da despesa de depreciação.

	2018	2017
Subvenções Federais	14.355	7.635
Outros	2.492	3.488
Total	**16.847**	**11.123**

13. DOAÇÕES PARA CUSTEIO

	2018	2017
Pessoa Jurídica	75.418	47.918
Pessoa Física	-	458
Promoção de eventos	1.162	992
Doações de Captação	106.213	89.750
Total	**182.793**	**139.118**

13.1 DOAÇOES PARA INVESTIMENTO

	2018	2017
Pessoa Jurídica	18.260	-
Pessoa Física	341	27
Total	**18.601**	**27**

14. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS RELACIONADAS A ATIVOS

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está contabilizando os valores decorrentes de Subvenção e Assistência Governamentais, conforme abaixo:

	2018	2017
Passivo não Circulante	197.498	153.066
Total	**197.498**	**153.066**

15. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS À REALIZAR

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está contabilizando os valores decorrentes de Subvenção e Assistência Governamentais, conforme abaixo:

	2018	2017
Passivo Circulante	86.515	121.893
Total	**86.515**	**121.893**

16. ATENDIMENTOS AO SUS – PORTARIA n.º 834 – Ministério da Saúde

Em atendimento a legislação vigente Lei n.º 12.101/09 e decreto n.º 7.237/10 revogado pelo decreto nº 8.242/14 a Entidade apurou percentual de atendimento SUS de 100%, incluindo Fundação Pio XII e Gestão SUS.

Em atendimento a legislação vigente Lei n.º 12.101/09 e decreto n.º 7.237/10 revogado pelo decreto nº 8.242/14 e Portaria n.º 834 - Ministério da Saúde a Entidade apurou percentual de atendimento SUS de 100% de Internações Hospitalares, medidas por pacientes dia, e 100% de pacientes SUS no total de Atendimentos Ambulatoriais realizados pelo Hospital. O Hospital apurou percentual de atendimento SUS de 100% de Internações Hospitalares, medidas por pacientes dia, e 100% de pacientes SUS no total de Atendimentos Ambulatoriais.

17. ISENÇÃO PREVIDENCIÁRIA USUFRUÍDA

Em atendimento a legislação vigente os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas durante os exercícios de 2018 e de 2017, correspondem aos montantes de R$ 39.840 mil e de R$ 36.400 mil, respectivamente.

18. DECISÃO JUDICIAL – IMUNIDADE PIS

A entidade não está recolhendo os pagamentos do PIS – Programa de Integração Social com base em Decisão Judicial transitada em julgado em 05/05/2015, proferida nos autos de nº 0057612-41.1999.403.6100.

19. REVERSÃO/PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Entidade possui processos fiscais, trabalhistas e cíveis, em andamento e fase de defesa que envolve responsabilidades contingenciais. A Administração da Entidade, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para contingências no valor de R$ 12.228 mil em 31 de dezembro de 2018 (Em 2017 – R$ 28.110 mil) para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

Em 2018 houve uma reversão de contingências no montante de R$ 19.082 mil, tendo como principal reversão o processo 0000105-48.2013.5.15.0011, Vara Trabalhista de Barretos, de natureza jurídica ação trabalhista, valor histórico de R$ 15.107 mil que teve seu risco de perda atualizado para "Remota", conforme sentença julgada a favor da Instituição.

20. RENÚNCIA FISCAL

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a entidade tem os tributos mencionados abaixo com base de sua renúncia fiscal: INSS Quota Patronal, PIS sobre FOPAG, PIS sobre receitas, COFINS sobre receitas, ISS sobre receitas, IPTU, IPVA, IRPJ, CSLL, IRRF s/ aplicações financeiras.

21. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Durante o exercício de 2018 à Entidade apurou e contabilizou em contas de "receitas e despesas", um custo de R$ 282 mil (R$ 235 mil em 2017) decorrente de serviços voluntários utilizando o critério de reconhecimento do valor justo pela prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

22. COBERTURA DE SEGUROS

A Entidade mantém cobertura de seguros considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros estão apresentados no balanço patrimonial pelos valores de custo, acrescidos das receitas auferidas e despesas incorridas, os quais se aproximam dos valores de mercado. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e estabelecimento de sistemas de controles.

A Entidade não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente e, tampouco, possui em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

24. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

As transações entre partes relacionadas foram efetuadas em condições semelhantes às realizadas com partes não relacionadas.

Empresa	Operação	2018 Resultado	2018 Ativo/(Passivo)
IBF Industria Brasileira de Farmoquímicos S/A	Prestação de Serviços	1.614	(14.139)
HCB Unidades Móveis S/A	Prestação de Serviços	(1.576)	(7.883)

Empresa	Operação	2017 Resultado	2017 Ativo/(Passivo)
IBF Industria Brasileira de Farmoquímicos S/A	Prestação de Serviços	1.323	(15.193)
HCB Unidades Móveis S/A	Prestação de Serviços	(2.217)	(2.204)

25. CONTRATO DE GESTÃO AME CIRURGICO

A Fundação foi habilitada como Organização Social da área da saúde, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, através do Despacho do Secretário Adjunto respondendo pelo Expediente nº 107 de 10 de junho de 2009. O Ambulatório Médico de Especialidades Barretos – AME Barretos / Unidade de Cirurgia Ambulatorial oferece atividades cirúrgicas em hospital dia, e institui um serviço que ofereça qualidade e resolutividade. O contrato foi assinado em 25 de março de 2010, com vigência de 5 anos, sendo publicado no Diário Oficial no dia 26 de março de 2010, poder executivo, seção I. Foi assinado novo contrato no dia 09 de março de 2015, com vigência de 5 anos, sendo publicado no Diário Oficial no dia 10 de março de 2015, poder executivo, seção I.

Durante o exercício de 2018 a Entidade recebeu o valor de R$ 8.515 mil (R$ 8.641 mil em 2017), consequentemente foram executados os serviços mencionados no quadro abaixo:

Foram executadas seguintes atividades em 31.12.2018:

a) DEMONSTRATIVO DE PRODUÇÃO

DESCRIÇÃO		REALIZADO
nº de consultas médicas		11.506
nº de consultas/procedimentos terapêuticos não médicos		4.651
nº de cirurgias		8.996
nº de SADT Externo		-

b) COMPARATIVO DE META E PRODUÇÃO

DESCRIÇÃO	CONTRATADO	REALIZADO	%
nº de Primeiras Consultas Médicas	2.400	2.075	86
nº de Interconsultas Médicas	6.000	5.369	89
nº de Consultas Subsequentes Médicas	3.600	4.062	87
nº de Consultas não Médicas	4.200	4.651	110
nº de Cirurgias de Maior Complexidade (CMA)	6.180	7.016	113
nº de Cirurgias de Menor Complexidade (cma)	1.800	1.980	110
nº de SADT Externo	-	-	-

25.1. CONTRATO DE GESTÃO AME CLÍNICO

A Fundação foi habilitada como Organização Social da área da saúde, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, através do Despacho do Secretário Adjunto respondendo pelo Expediente nº 107 de 10 de junho de 2009. O Ambulatório Médico de Especialidades Geral de Barretos – AME-G Barretos oferece atividades ambulatoriais, consultas e exames, e institui um serviço que ofereça qualidade e resolutividade. O contrato foi assinado em 22 de junho de 2011, com vigência de 5 anos, podendo ser renovado, sendo publicado no Diário Oficial no dia 23 de junho de 2011, poder executivo, seção I. Para o ano de 2013 foi assinado o Termo Aditivo nº 01/13 em 28 de dezembro de 2012, sendo publicado no Diário Oficial no dia 29 de dezembro de 2012. Durante o exercício de 2018 a Entidade recebeu o valor de R$ 11.337 mil (R$ 10.708 em 2017), consequentemente foram executados os serviços mencionados no quadro abaixo:

Foram executadas seguintes atividades em 31.12.2018:

a) DEMONSTRATIVO DE PRODUÇÃO

DESCRIÇÃO	REALIZADO
nº de consultas médicas	58.690
nº de consultas/procedimentos terapêuticos não médicos	15.726
nº de cirurgias	1.672
nº de SADT Externo	22.202

b) COMPARATIVO DE META E PRODUÇÃO

DESCRIÇÃO	CONTRATADO	REALIZADOS	%
nº de Primeiras Consultas	14.400	12.778	88.74
nº de Interconsultas	7.200	7.193	99.90
nº de Consultas Subsequentes	37.344	38.719	103.68
nº de Consultas não Médicas	7.632	7.241	94.88
nº de Procedimentos Terapêuticos não Médicos	9.000	8.485	94.28
nº de Cirurgias de Menor Complexidade (cma)	1.680	1.672	99.52
nº de SADT Externo	21.960	22.202	101.10

26. CONTRATO DE GESTÃO PORTO VELHO

O convênio tem por objetivo: - a) prestar assistência médico-hospitalar gratuita a pacientes que necessitem de tratamento oncológico; b) promover o desenvolvimento de estudos e pesquisas no campo oncológico, incrementando a investigação e sua divulgação; c) difundir o diagnóstico precoce e prevenção do Câncer; d) criar e manter cursos de pós-graduação na especialidade de cancerologia; e) contribuir para a solução dos problemas médico-sociais, estendendo seus fins beneficentes a outras entidades públicas ou privadas.

Durante o exercício de 2018 a Fundação recebeu o valor de R$ 32.259 mil (R$ 23.550 mil em 2017), para execução do contrato de gestão firmado junto a Secretaria de Saúde do Estado Rondônia, na data de 29/08/2012 e prorrogados nos Termos Aditivos 7 e 8 datados de 04/03/2016 e 31/08/2016 respectivamente. Foi aplicado como despesa o montante de R$ 30.292 mil, (R$ 26.645 mil em 2017), consequentemente esse convênio gerou um déficit de R$ 702 mil, (R$ 3.095 mil em 2017) no ano.

a) DEMONSTRATIVO DE PRODUÇÃO

PROCEDIMENTOS	REALIZADO
Medicina Nuclear (Terceirizado)	847
Exames Radiológicos (Terceirizado)	1.408
Exames Radiológicos (Unidade Fixa)	16.813
Exames Radiológicos (Unidade Móvel)	7.844
Exames Anátomos Patológicos	132.184
Consultas	22.815
Exames de Laboratório	132.184
Exames Diagnose	1.014

b) SERVIÇOS DE APOIO

SERVIÇOS	QUANTIDADE MENSAL/FÍSICO
Nutrição	7.600 refeições
Lavanderia	5.000 Kg
Lixo Hospitalar	1.600 Kg

27. OUTRAS RECEITAS

	2018	2017
Recuperações de Despesas	6.136	1.469
Receitas Oriundas do Exterior	3.349	1.659
Receita Diagnostico Molecular	1.487	825
Receitas com Aluguéis	1.225	1.177
Receitas Diversas	3.727	2.699
Total	**15.924**	**7.829**

28. RECEITAS DE TREINAMENTOS

	2018	2017
Treinamentos Ircad Brasil	6.941	6.168
Treinamentos Prevenção	-	230
Total	**6.941**	**6.398**

Em 06/10/2010 a Entidade assinou Acordo de Cooperação com o Ircad França pelo período de 15 anos, podendo ser renovados com a finalidade de treinamento de terapêutica minimamente invasiva incluindo um centro de treinamento em cirurgia, um departamento de pesquisa e desenvolvimento em ciências da computação e robótica e assistência de desenvolvimento da Web site Wedsurg no idioma português, oferecendo um serviço de qualidade e resolutividade.

a) EXECUÇÃO DO CONTRATO

Foram executadas seguintes atividades em 31.12.2018:

Relatório Analítico:

2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
25 CURSOS	26 CURSOS	34 CURSOS	38 CURSOS	34 CURSOS	33 CURSOS	36 CURSOS
858 PARTICIPANTES	1.159 PARTICIPANTES	1.369 PARTICIPANTES	1.560 PARTICIPANTES	1.547 PARTICIPANTES	1.543 PARTICIPANTES	1.419 PARTICIPANTES

PRESENÇA	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Vagas Oferecidas	1.088	1.332	1.500	1.419	1.326	1.487
Vagas Preenchidas	949	1.225	1.363	1.379	1.083	1.330
Vagas Preenchidas (%)	87,2%	92%	90,8%	97%	81,7%	89,4%

** Considerando apenas as vagas para o módulo teórico-prático*

VARIAÇÕES	2012-2013	2013-2014	2014-2015	2015-2016	2016-2017	2017-2018
Amplitude total dos Participantes	30,9%	29,08%	11,27%	1,17%	-21,46%	22,8%
Participantes Brasileiros	85,8%	86,60%	80,32%	76,60%	81,59%	76,65%
Participantes Estrangeiros	14,2%	13,40%	19,68%	23,40%	18,41%	23,35%

29. OUTRAS DESPESAS

	2018	2017
Doações e auxílios	(327)	(518)
Perdas Diversas (*)	(9.777)	(2.818)
Total	**(10.104)**	**(3.336)**

(*) As perdas diversas referem-se aos cheques devolvidos duas vezes provenientes de doações em eventos voluntários de leilões.

30. PROGRAMA DE APOIO À ATENÇÃO ONCOLÓGICA (PRONON)

A Lei de incentivo ao PRONON e ao PRONAS/PCD é regulamentada pelo Decreto nº 7.988/13, e tem as regras e os critérios para o credenciamento de instituições e para apresentação, recebimento, análise, aprovação, execução, acompanhamento, prestação de contas e avaliação de resultados de projetos.

Conforme previsto na Lei nº 12.715/12, a dedução dos valores despendidos a título de doação ou patrocínio pelas pessoas físicas só poderá ocorrer até o ano de 2020, e pelas pessoas jurídicas até o ano de 2021.

A Entidade diante do exposto acima, captou recursos e atualmente mantêm quatro projetos, conforme abaixo:

a) Projeto Pronon - Estruturação em tecnologia da informação Nº 25000.202764/2016-34 – Validade 31/12/2019.

b) Projeto Pronon - Estudo epidemiológico e molecular para avaliação da oncogenética no contexto do sistema único de saúde. Sipar: 25000.056766/2015-64 – Validade 30/11/2019

c) Projeto Pronon - Utilização de tecnologia avançada no diagnóstico e tratamento oncológico aos pacientes do sistema único de saúde. - Sipar: 25000.056746/2015-93 – Validade 31/12/2018

d) Projeto Pronas Nº 25000.159.080/2014-43 - Bella Vita – Validade 21/03/2018.

31. SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO

Durante o exercício de 2018 a entidade apurou superávit de 106.612 mil, decorrente em parte da reversão contábil de contingências no valor 12.288 (nota 19). E de doações de pessoas físicas e pessoas jurídicas conforme nota 13.1.

Os valores dessas doações foram utilizados para aumento do ativo imobilizado no montante R$ 84.211 mil (nota 7), para melhorias nas instalações, equipamentos e edificações visando o atendimento humanizado e qualificado aos pacientes da entidade.

32. LEI DA TRANSPARÊNCIA

Para efeito de cumprimento da lei da transparência (Lei Nº 13.019 de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Nº 13.204 de 14 de dezembro de 2015 e regulamentada pelo Decreto Nº 8.726 de 27 de abril de 2016) é publicado no site institucional a relação dos convênios e parcerias formadas com diversas Entidades Públicas e da Sociedade Civil.

SRº HENRIQUE DUARTE PRATA
Presidente do Conselho
de Curadores

MICHEL JORGE HAYEK
Técnico em Contabilidade
CRC: 1SP194766/0-8
CPF: 444.167.258-68

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Membros do Conselho de Curadores da
FUNDAÇÃO PIO XII
Barretos – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidada FUNDAÇÃO PIO XII, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as res-

pectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FUNDAÇÃO PIO XII em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor, não é requerida a essa entidade, sendo compulsória apenas para as empresas que tem ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 – item 5 do Conselho Federal de Contabilidade.

Ênfase

Conforme nota explicativa no. 3.2, a Instituição firmou contratos para negociação de Títulos de Capitalização junto a Hiper Saúde Ribeirão Preto e Saúde Cap. São Jose do Rio Preto, conforme processos SUSEP da Investcap sob. nº s 15414.901233/2016-11 e 15414.901234/2016-57, respectivamente.

Esta operação é administrada pelas empresas Rib Cap Intermediação de Serviços e Negócios Mobiliários Ltda., CNPJ: 18.262.345/0001-70 e LBML Cap Intermediação de Serviços e Negócios Ltda., CNPJ: 24.154.362/0001-03, os quais mensalmente são incorporadas as transações contábeis e financeiras da Fundação Pio XII.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Conforme NBC TA 700 – item 40(b) é compulsório apenas para as entidades listadas, o fornecimento também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicados de todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A descrição em nosso relatório de auditoria, dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria, conforme NBC TA 701 – item 5 é compulsório apenas as entidades listadas.

A obrigatoriedade desses assuntos às entidades listadas, não são aplicáveis a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de abril de 2019.

SGS Auditores Independentes
CRC 2 SP 020.277/O-5

Presley José Godoy
CRC 1 SP 185.052/O-5

Agronegócio

Defesa Agropecuária lança aplicativo para monitorar defensivos

Objetivo é informatizar o cadastro de produtos, pessoas físicas e propriedades rurais

A Defesa Agropecuária estadual lançará durante a Agrishow, em Ribeirão Preto, o aplicativo mobile "Gedave Agrotóxicos". A equipe técnica da Coordenadoria de Defesa Agropecuária estará disponível no estande da Secretaria de Agricultura para orientar sobre como proceder ao cadastro do produtor e do comerciante no sistema, além de auxiliar no download e funcionalidade do aplicativo. O objetivo é informatizar o cadastro de produtos, de pessoas físicas e propriedades rurais, registro de empresas, monitoramento da comercialização, da utilização e da destinação final dos resíduos e das embalagens vazias. O monitoramento ocorrerá via sistema informatizado Gestão de Defesa Animal e Vegetal (Gedave), de forma a abranger todos os entes do setor agrícola. Através do sistema será possível acompanhar desde a produção nas indústrias até a devolução da embalagem vazia devidamente tríplice lavada em um posto de recebimento de embalagens. Devem ser registradas as pessoas jurídicas que atuam nas categorias de produção, comércio, prestação de serviços, áreas rurais e armazenagem. O módulo "Gedave Agrotóxicos" está disponível no endereço gedave.defesaagropecuaria.sp.gov.br sendo possível o cadastro de usuários e propriedade rurais desde que providenciada toda a documentação exigida.

Instituto apresenta testes para produção de leite em unidade agrícola

Integrantes do Instituto Federal apresentaram os testes iniciais para funcionamento de laticínio instalado na unidade agrícola barretense. Os equipamentos serão usados na produção de 400 litros/dia de leite pasteurizado, leite condensado e doce de leite. Existe ainda a expectativa da prestação de serviços aos produtores rurais, podendo agregar valor para comercialização do produto processado. O treinamento e demonstração realizados no dia 24 de abril, foram voltados aos possíveis parceiros e membros do grupo gestor do Vale do Rio Grande do programa "Mais Leite Mais Renda".

Divulgação

EXPECTATIVA: Integrantes do Instituto e ligados à agropecuária participaram da demonstração

Conab confirma recorde na produção brasileira de etanol

O Brasil deve alcançar produção total de 33,14 bilhões de litros de etanol, o que representa aumento de 21,7% ou 5,9 bilhões de litros, em relação ao período passado. O recorde se mantém também para a quantidade de etanol hidratado, com 23,58 bilhões de litros, 45,2% ou 7,3 bilhões de litros a mais que o ciclo anterior. O cenário confirma o novo recorde de produção de etanol do país, batendo o índice anterior de 30,5 bilhões na safra de 2015/2016. No hidratado, o maior volume até então alcançado havia sido de 19,6 bilhões de litros, na safra 2010/2011. Os dados são do 4º Levantamento da Safra de Cana-de-açúcar 2018/2019 divulgado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O estudo mostra também que houve redução com relação ao anidro, que é utilizado na mistura com a gasolina. A safra da cana foi de 620,4 milhões de toneladas, apresentando redução de 2% em relação à anterior de 633,26 milhões de toneladas. A área colhida ficou em 8,59 milhões de hectares, o que representa uma diminuição de 1,6% se comparada a 2017/2018. Na região Sudeste, principal produtora do país, com São Paulo e Minas Gerais abrangendo quase 64% do total nacional, a produção total foi de 400,3 milhões de toneladas, com redução de 4,1% em relação à safra 2017/2018, por problemas climáticos e devolução de terras arrendadas. (MAPA).

RESULTADO: Brasil produzirá 33,14 bilhões de litros do etanol